

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA TOCANTINS

NATÁLIA LOPES DA SILVA

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E O TRANSPORTE URBANO: UMA ANÁLISE DOS JORNAIS DE SÃO PAULO E MARABÁ

NATÁLIA LOPES DA SILVA

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E O TRANSPORTE URBANO: UMA ANÁLISE DOS JORNAIS DE SÃO PAULO E MARABÁ

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Cloves Barbosa.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

Silva, Natália Lopes da

As manifestações de junho de 2013 e o transporte urbano: uma análise dos jornais de São Paulo e Marabá / Natália Lopes da Silva ; orientador (a), Cloves Barbosa. — Marabá : [s. n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins, Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Marabá, 2020.

1. Manifestações públicas — Marabá (PA). 2. Transporte urbano. 3. Jornais — Marabá (PA). 4. Jornais - São Paulo (SP). 5. Movimentos de protesto. I. Barbosa, Cloves, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 303.62098115

NATÁLIA LOPES DA SILVA

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E O TRANSPORTE URBANO: UMA ANÁLISE DOS JORNAIS DE SÃO PAULO E MARABÁ

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:
 Prof. Dr. Cloves Barbosa (orientador)
Profa. Dra. Marilza Sales Costa (examinadora interna)
Profa. Vanda Melo dos Santos (examinadora externa).

Data de aprovação: Marabá (PA), 17 de Dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter traçado os caminhos que me trouxeram até aqui. À minha mãe, Onézia da Silva Lopes e a meu pai Cicinato Lopes da Silva, pelo apoio, educação e confiança que sempre me deram. Aos meus irmãos mais velhos, Franklin Lopes da Silva e Geulinan da Silva Lopes, pelo incentivo. Ao meu professor e orientador Doutor Cloves Barbosa, pela confiança e dedicação junto a minha pesquisa. Aos meus colegas de turma, Joyce Gomes Melo, Luana Maria Cristina Conceição Souza, Rebeca Lopes Almeida e Ítallo Fernando Araújo, pelo o apoio, amizade e incentivo. Meu muito obrigada a todos e todas que contribuíram de alguma forma para o resultado desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar as manchetes e matérias de jornais como as manifestações por transporte urbano foram divulgadas na cidade de Marabá no Pará pelo jornal Correio do Tocantins em comparação com as publicações do jornal Folha de São Paulo, dentro de uma perspectiva de polarização política. Para cumprir este propósito, foi realizada uma pesquisa qualitativa que analisou a amostra de 18 edições, essas foram coletadas no acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá e do Acervo Digital do jornal Folha de São Paulo. Os dados da pesquisa foram analisados mediante a teoria política clássica. Os achados da pesquisa indicaram que as manifestações foram conduzidas por pessoas que não possuíam o domínio, nem a compreensão dos aspectos mais significativos da situação. Assim sendo, as manifestações se deixaram levar pelas pautas da grande imprensa. Como principal contribuição, tem-se desvelado os aspectos constitutivos da polarização na mídia.

Palavras-Chave: Manifestações sociais. Transporte urbano. Polarização na mídia. Marabá.

ABSTRACT

This work had as main objective to analyze the headlines and newspaper articles as the manifestations for urban transport were disseminated in the city of Marabá in Pará by the newspaper Correio do Tocantins in comparison with the publications of the newspaper Folha de São Paulo, within a perspective of polarization politics. To fulfill this purpose, a qualitative research was carried out that analyzed the sample of 18 editions, these were collected in the collection of the Casa da Cultura Foundation of Marabá and the Digital Collection of the Folha de São Paulo newspaper. The research data were analyzed using classical political theory. The research findings indicated that people who did not have the domain, nor did the understanding of the most significant aspects of the situation conduct the demonstrations. Therefore, the mainstream press carried the demonstrations away. As the main contribution, the constitutive aspects of polarization in the media have been unveiled.

Key-words: Social manifestations. Urban transport. Polarization. Marabá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Marabá também reage	42
Figura 2 – Acorda Carajás	43
Figura 3 – Imagens do protesto	44
Figura 4 – Marabaense aprova protesto.	45
Figura 5 – Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP	46
Figura 6 – Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011	47
Figura 7 – Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista	48
Figura 8 – Guerra da tarifa	49
Figura 9 – Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série	50
Figura 10 – Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo	51
Figura 11 – Polícia reage com violência a protesto	52
Figura 12 – Avaliação do transporte é a pior desde 87	53
Figura 13 – Estreia do Brasil tem vaia a Dilma, feridos e presos	54
Figura 14 – Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje	55
Figura 15 – Balanço das manifestações	56
Figura 16 – Pesquisa Datafolha SP.	57
Figura 17 – Lojas fecham mais cedo e comerciantes criticam passeata	58
Figura 18 – Símbolos das manifestações	59

LISTA DE SIGLAS

AIE Aparelhos Ideológicos do Estado

CELPA Centrais Elétricas do Pará (Distribuidora)

FIFA Associação Internacional das Federações de Futebol

(Footboal Intenational Federations Association)

FSM Fórum Social Mundial

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano

Mídia NINJA Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação

MPL Movimento Passe Livre

PEC Projeto de Emenda Constitucional

PIB Produto Interno Bruto

PIG Partido da Imprensa Golpista

PSDB Partido da Socialdemocracia Brasileira

PT Partido dos Trabalhadores

SBAOO Sociedade Beneficente dos Artistas e Operários de Olinda

SUS Sistema Único de Saúde

TCA Transporte Coletivo de Anápolis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO CAPÍTULO I O ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSPORTE URBANO	10 13
1.1	O Estado atual na gestão da política de transporte urbano: questões teóricas	13
1.2	Uma configuração de políticas econômicas de Estado	17
1.3	Além dos R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais)	19
	CAPÍTULO II MANIFESTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE TRANSPORTE URBANO	24
2.1	As expressões da mídia sobre o transporte público em Marabá	24
2.2	As expressões da mídia sobre o transporte público em São Paulo	25
2.3	O alcance e os limites dos movimentos sobre transporte público	
	CAPÍTULO III O CONTEXTO DAS POLÍTICA DE TRANSPORTE URBANO	26
3.1	As políticas estatais de tarifas de transporte	28
3.2	As consequências sociais das políticas	30
3.3	Os conflitos tarifários e os meios de comunicação social	32
3.4	As possibilidades de tarifa zero para o transporte urbano	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema "as manifestações de junho de 2013 e o transporte urbano: uma análise dos jornais de São Paulo e Marabá". As manifestações de junho de 2013 se constituíram a partir das insatisfações populares diante de um reajuste do preço das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo. O contexto em que este reajuste aconteceu ficou marcado pelas manifestações de rua associadas a algumas posturas de jornais e jornalistas que, além de noticiarem as ocorrências populares, também tomavam posições sobre o teor da política municipal de transportes públicos conforme preferências político-partidárias.

Ao longo dos anos o jornal tem exercido um papel determinante no acesso às notícias no país. Com o advento da internet no fim do século XX e das mídias sociais interativas no início do século XXI, a divulgação de notícias se intensificou de forma nunca imaginada. Essas transformações tecnológicas mudaram a forma de socialização das pessoas e consequentemente seus estilos de vida. Contudo, não podemos negar o papel político que a mídia tem, principalmente a grande mídia televisiva.

A hipótese deste trabalho é a de que movimentos sociais com propostas variadas e amplas sobre o transporte urbano estão suscetíveis a serem direcionadas por meios de comunicação social, cujos interesses nem sempre coincidem com os interesses dos movimentos sociais.

Antes do advento da internet e dos meios de comunicação, os movimentos sociais se organizavam pessoalmente para determinar suas pautas, o que era muitas vezes difícil, principalmente em épocas ditatoriais em que a vigilância sobre as pessoas era intensificada a fim de manter a "ordem". Com o passar dos anos as reuniões presenciais das organizações não foram mais a única forma de reunião e deliberação política. O uso das mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas facilitaram a comunicação das organizações e movimentos sociais, possibilitando a participação de pessoas de vários lugares. Em 2013, as manifestações de junho foram mobilizadas por essas mídias interativas, entre elas o Facebook e Twitter.

A pauta sobre o acesso de qualidade ao transporte urbano no Brasil não surgiu em 2013 com as manifestações iniciadas em São Paulo, por causa do aumento de R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais) na tarifa de ônibus urbano. Em Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil (2013) vemos que, já no ano de 2003, em Salvador estudantes

protagonizaram uma manifestação que durou 15 dias, que ficou conhecida como "Revolta do Buzu". E em 2004 e 2005, a cidade de Florianópolis também protagonizou manifestações contra aumento das passagens de ônibus, que ficou conhecida como "Revolta da Catraca". Ainda em 2005, ocorre o Fórum Social Mundial (FSM) na cidade de Porto Alegre em que nasce o Movimento Passe Livre (MPL), que protagonizou a organização do início das manifestações em 2013 na cidade de São Paulo. O movimento já havia promovido outras manifestações pela pauta do transporte público em cidades como Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Distrito Federal, Recife, Porto Alegre, entre os anos de 2006 e 2013. Mas, em 2013, as manifestações tiveram uma proporção muito grande, alcançando as capitais do país e recebendo ampla divulgação da grande mídia, desde jornais impressos, canais de televisão e rádio, mesmo que de forma negativa no seu início. (HARVEY, 2015)

Fez-se necessário realizar o presente trabalho tendo em vista a importância do fenômeno naquele momento, e que inaugurou uma série de acontecimentos nos anos que se seguiram. A singularidade das manifestações que ocorreram em 2013, ainda nos causa inquietação quanto seus significados e por mais que já tenham sido realizados pesquisas e trabalhos discutindo o tema, ainda não há consenso entre os cientistas sociais e teóricos a respeito do que foi a insurgência das lutas populares em junho de 2013 e a influência desse fenômeno para a história do país.

Todavia, pouco se tem produzido a respeito das cidades do interior brasileiro, que também participaram da agenda dos atos nacionais. Partindo então dessas lutas e da importância da grande mídia na opinião pública e da pouca repercussão na mídia nas lutas que ocorreram em cidades fora das capitais, é que me proponho a compreender os editoriais publicados pelo jornal Correio do Tocantins em Marabá no Pará, a fim de verificar como as notícias foram divulgadas, tendendo a polarizar a opinião pública como visto no jornal Folha de São Paulo, se as pautas eram as mesmas e se a onda de manifestações se assemelham de alguma forma.

A mídia teve importância determinante durante as manifestações em junho, pois, ainda é por meio desta que grande parte dos brasileiros se mantém informado. E, diferente dos canais de internet, mídias interativas e de mensagem instantânea, a televisão detém de grande parte da divulgação de notícias. A dimensão que as manifestações alcançaram por meio das coberturas de televisão e as manchetes de jornais, não seriam as mesmas se tivessem sido mantidas apenas no Facebook e Twitter. A partir desse momento, as novas formas de jornalismo alternativo ganharam forma e força justamente em 2013, quando estavam cobrindo as manifestações de perto. Um exemplo disso é o Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação).

Este trabalho foi desenvolvido com um estudo qualitativo de cunho bibliográfico,

realizado a construção de banco de dados feito através do acervo digital do jornal Folha de São Paulo e pesquisa documental no acervo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, leitura de notícias relacionadas a esta temática para buscar compreender aquelas ocorrências populares e as suas expressões midiáticas. Além de mobilizar a literatura existente sobre o fenômeno em questão. Por meio desta metodologia buscou-se compreender como a grande mídia endossa a opinião pública contra ou a favor de interesses políticos.

Este trabalho está composto de três capítulos. No primeiro capítulo a nossa atenção está voltada para a apresentação de uma síntese de teoria política que proporciona suporte ao entendimento dos fatos ocorridos. No segundo capítulo apresentamos uma visão sobre as manifestações sobre o transporte público nos jornais Folha de São Paulo e também no jornal local em Marabá denominado Correio do Tocantins. E, por fim, no terceiro capítulo vamos expor o contexto das políticas de transporte urbano e possibilidades de uma tarifa zero.

CAPÍTULO I

O ESTADO E AS POLÍTICAS DE TRANSPORTE URBANO

1.1 – O Estado atual na gestão de políticas de transportes: questões teóricas

As teorias mais difusas no mundo que tratam das relações entre Estado e as suas políticas têm suas mais aceitas fundamentações com o chamado contratualismo que se tornou a base teórica mais sólida do liberalismo tanto político quanto econômico. Os mais considerados autores contratualistas definem como a função primordial do Estado a de ser o grande protetor da propriedade (privada). Thomas Hobbes elaborou o paradigma do contrato social e foi seguido tanto por John Locke quanto por seguidores com diferenciações em detalhes. Nestes teóricos, a chamada propriedade privada é apresentada como uma concepção geral e irrestrita. A propriedade privada é concebida como sendo a base em que a sociedade civilizada está embasada. Hobbes sustenta que:

A distribuição dos materiais dessa nutrição é a constituição do *meu* e do *teu* e do *seu*. Isto é numa palavra, da *propriedade*. E em todas as espécies de Estado é da competência do poder soberano (...). Visto, portanto, que a introdução da propriedade é um efeito do Estado, que nada pode fazer a não ser por intermédio da pessoa que o representa, ela só pode ser ato do soberano (HOBBES,1997:196. Grifos da fonte).

Locke que seguiu as suas indicações gerais para continuar nos contornos do contratualismo, diz que: "Por propriedade, deve-se entender aqui, como em outros lugares, o que os homens têm tanto na própria pessoa como nos bens" (LOCKE, 1978. Sect. 173).

A propriedade aparece nestes dois autores como sendo o fundamento da sociedade humana. A contraposição entre Sociedade de Natureza (sociedade sem Estado, sem leis, de plena liberdade e igualdade) e a Sociedade que surge do contrato social (Civilização: Sociedade com Estado, com leis, liberdade de possuir bens privados garantida pelo Estado, com proprietários e não proprietários) é um elemento comum entre estes dois fundadores do chamado contratualismo.

Para a teoria do contratualismo, o ser humano é um ser proprietário. Este é o caráter fundamental do ser humano, com variações leves entre os autores que se inserem nesta concepção do ser.

A teoria do contratualismo se constitui de uma contraposição dual que precisa ser mantida por duas razões fundamentais que são: 1) o contrato social é o que caracteriza a passagem de um estado de Natureza a um estado de civilização. Nesta concepção política, a

civilização é uma espécie de ponto, ou situação de chegada da humanidade, ou, uma espécie de ponto final de um processo social e político. 2) não se pode deixar que a humanidade, ou frações dela promovam um retorno ao estado de natureza. Por isso, a humanidade, com todos os países se encontra numa configuração definitiva dos processos sociais e políticos, que não pode ser questionada.

Até aqui, com os autores que constituíram o contratualismo, a propriedade privada é concebida de um modo generalizante. O ser humano é um ser essencialmente proprietário. O Estado surge do Contrato Social para garantir a propriedade individual contra as ameaças que a mesma pode estar submetida, seja por qualquer pessoa ou instituição. É disso que surgiu a elaboração teórica do chamado Estado liberal e do liberalismo econômico. Mas, esta concepção de propriedade possui variações no interior do próprio liberalismo, como pode ser observado no texto a seguir.

Os liberais veem, na propriedade (dos meios de produção), o princípio mais apropriado à organização do homem em sociedade (...). são irrelevantes questões tais como a de que o sistema capitalista é bom ou mau, ou a de que é concebível ou não um sistema melhor (VON MISES, 1987a: 35, 40, 88. APUD. BARBOSA, 2013:32).

Von Mises é um dos autores mais influentes da chamada "Escola Austríaca" que visou constituir a recuperação do liberalismo clássico após as políticas keynesianas resultantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. John Maynard Keynes apresentou e defendeu com sucesso que o Estado deveria atuar como agente econômico em situações de crise como uma necessidade de suprir os limites das empresas privadas quanto a manutenção dos empregos, redução da inflação, e garantia de um bem-estar para a população de um país.

Em razão desta postura econômica e política, a proposta implementada por Keynes ficou conhecida como "Estado de bem-estar social". As proposições teóricas de Keynes se difundiram por diversos países com as suas políticas econômicas em situações de crise generalizada também após a segunda Guerra Mundial. Mas, os teóricos seguidores dos clássicos liberais sempre reforçaram a necessidade de retorno à situação teórica e prática anterior. As posições teóricas contrárias às proposições do "Estado de bem-estar social" assumiram a difusão da necessidade deste retorno assim que havia um distanciamento temporal diante das manifestações e consequências das grandes crises sociais e econômicas. Vários teóricos se tornaram conhecidos com posicionamentos de ambos os lados desta questão.

O assim chamado "Estado de bem-estar social" obteve grande legitimidade popular em razão dos benefícios imediatos que as políticas implementadas a partir de suas proposições levavam para a sociedade em geral. Várias destas políticas estão presentes nos dias atuais como, ensino público, saúde pública, assistência social, previdência social, renda mínima, e

transporte público total ou majoritariamente garantido pelo Estado.

Muitos países europeus estão mantendo o "Estado de Bem-Estar Social" apesar de a Segunda Guerra Mundial ter ficado bastante distante no tempo. Podem ser citados como exemplo desta situação a Alemanha e a Noruega. Na Alemanha, o sistema de saúde é quase totalmente sustentado pelo Estado, cabendo aos cidadãos pagarem uma taxa irrisória por uma consulta médica, por qualquer medicamento ou de equipamentos decorrentes de uma situação de saúde, como um par de óculos. A Noruega mantém a empresa petrolífera como estatal fazendo com que seus lucros sejam sustentadores de uma política de garantia de uma renda básica aos seus cidadãos juntamente com um padrão de vida elevado para toda a população, que é de causar surpresa a qualquer visitante daquele país. Mas, a partir da década de 1980, alguns governos assimilaram as propostas de retorno aos fundamentos do liberalismo como base de sustentação teórica de suas políticas.

Isto deixa claro que ocorrem mudanças na composição e na constituição do Estado e em suas políticas no tempo e no espaço. Os contratualistas atuais apontam isto quando analisam o processo histórico. Assim é o caso de Reinhart Koselleck.

A dissimulação da ação política contra o Estado identifica-se à acentuação polêmica da antítese entre Estado e sociedade. A antítese acentua-se moralmente, mas é encoberta politicamente, numa dinâmica que faz parte da dialética da crise. Desde o início do conflito entre Estado e sociedade, ela está presente nas antíteses morais: o processo crítico a reforçou, e a tomada indireta do poder a fez avançar. Sob o signo dessa dialética, o Estado absolutista foi destruído (KOSELLECK,1999:87).

O que Koselleck acaba ressaltando é que o Estado e as suas políticas vão se modificando, e ele aponta um desses períodos mais significativos da história, que foi quando aconteceu a vitória final da burguesia em suas lutas contra os governos feudais, mesmo quando estes governos flexibilizaram suas políticas, adotando aspectos significativos das propostas burguesas.

A necessidade de enfrentar a grande crise de 1929 fez com que o assim chamado "Estado de Bem-Estar Social" se tornasse difuso por grande parte do mundo onde as manifestações da crise tinham maiores repercussões. Mas, os liberais que se baseavam nos clássicos do contratualismo e do liberalismo econômico nunca ficaram muito satisfeitos com estas modificações. As propostas de reorientação destas mudanças foram ficando cada vez mais difundidas e mais aceitas no mundo.

Foi Von Mises quem criou a expressão "novo liberalismo" ou "neoliberalismo" para apontar a necessidade de voltar aos clássicos do pensamento político e econômico. Trata-se de uma variação teórica sem abandonar os princípios fundamentais do liberalismo tanto na concepção do Estado quanto na concepção econômica. Os debates teóricos destas propostas

se contrapõem ao chamado "Estado de bem-estar-social" e o confundem com o que chamam de socialismo.

O programa do liberalismo que suplantou o do velho liberalismo, e se baseia numa compreensão melhor e mais profunda das interrelações, uma vez que ele pode beneficiar-se dos avanços da ciência nas últimas décadas. A liberdade e a paz estão colocadas na vanguarda do programa do liberalismo, não porque muitos dos velhos liberais as consideravam coordenadas com o princípio fundamental do liberalismo em si, ao invés de, simplesmente, considerá-las consequência necessária do princípio fundamental da propriedade privada dos meios de produção (VON MISES, 1987b: 22-23).

Assim, Von Mises distingue o liberalismo clássico do que ele mesmo chama de novo liberalismo.

Em nenhum ponto fica claro e mais fácil demonstrar a diferença entre o raciocínio do velho liberalismo e o do neoliberalismo do que no tratamento do problema da igualdade. Os liberais do século XVIII, guiados pelas ideias da lei natural e do iluminismo, exigiam para todos a igualdade nos direitos políticos e civis, porque pressupunham serem iguais todos os homens (...). Nada mais infundada do que a suposta igualdade de todos os membros da raça humana. Os homens são totalmente desiguais (VON MISES, 1987b: 30-31).

Von Mises assume contra a proposição do que ele chama de liberalismo clássico, ou de velho liberalismo por entender que não é possível partir do pressuposto da igualdade de todos, mesmo que ela seja somente perante a lei. Ele defende que a sociedade seja desigual sem rodeios. "Simplesmente pelo fato de a desigualdade da riqueza ser possível em nossa ordem social, simplesmente pelo fato de estimular a que todos produzam o máximo que possam, é que a humanidade hoje conta com toda a riqueza anual de que dispõe para consumo" (VON MISES, 1987b: 33).

A partir dessa fundamentação geral para conceber e aceitar que a sociedade seja desigual, portanto, constituída de classes, ele afirma que "a desigualdade da distribuição da renda, contudo, tem ainda uma segunda função tão importante quanto a primeira: torna possível o luxo dos ricos" (VON MISES, 1987b: 34). Assim, a desigualdade se torna a sociedade composta de classes sociais, sendo umas privilegiadas, e outras destituídas de certos privilégios. O conflito de interesses fica evidente aqui.

Mesmo assim, Von Mises concebe o "capitalismo moderno" como portador de uma utopia que se realiza no momento presente das sociedades atuais com o texto seguinte:

A característica essencial do capitalismo moderno é a produção em massa de mercadorias destinadas ao consumo do povo. O resultado é a tendência para uma contínua melhoria no padrão médio de vida, o enriquecimento progressivo de muitos. O capitalismo desproletariza o "homem comum" e o eleva à posição de "burguês" (VON MISES, 1988:08).

Mas esta formulação teórica não eliminou os conflitos sociais e econômicos fundamentados na economia. Ainda no final do século XIX, quando o liberalismo ainda estava

em seu apogeu, o economista Jevons, embora não tenha conseguido elaborar uma utopia expressa, expressou a essência deste conflito insuperável dentro da economia capitalista ao dizer: "o fato de que os trabalhadores não são seus próprios capitalistas acrescenta certa complexidade ao problema. Os capitalistas entram com interesse distinto" (JEVONS, 1996:209).

Gadelha procura analisar esta situação já instalada no mundo e as suas investidas no caso do Brasil, do seguinte modo:

A escalada de governos conservadores, apoiados nos sentimentos de nacionalismo e xenofobia antiimigarantes, levando ao fortalecimento de novas ingerências protecionistas da parte dos países pertencentes à Comunidade Europeia, substituindo o consenso socialdemocrata do Welfare State (Estado de bem-estar Social), por novo consenso de políticas neoliberais (...). Reestruturavam-se as relações de equilíbrio entre o Estado, o Mercado e as Empresas, garantindo o predomínio do mercado monetário e financeiro sobre os demais elementos institucionais (GADELHA,1997:61).

As políticas de Estado são planejadas e executadas a partir desta fundamentação teórica fazendo com que a teoria e a prática se relacionem de algum modo, coerentemente ou não, com o Estado a partir do qual ela surge. A falta de alternativas que se estabeleçam na sociedade que sejam diferentes do rumo neoliberal faz com que o neoliberalismo tenha o seu sucesso em ascensão (ALMEIDA, 1997:114). É o que acontece com a política de transportes urbanos e a de transportes em geral. É com relação aos problemas do transporte urbano que este trabalho se concentra.

1.2 – Uma configuração de políticas econômicas de Estado

As políticas de Estado para o transporte urbano vêm acontecendo num contexto em que as instituições públicas e empresas privadas ora se associam, ora entram em conflitos. As empresas formavam os trabalhadores do modo como necessitavam para movimentar as máquinas e produzir riquezas. Friedrich Engels trata dessa situação num livro em que usa como base a teoria hobbesiana de Estado.

A indústria centraliza a propriedade em poucas mãos. Exige enorme capitais, com os quais cria gigantescos estabelecimentos, arruinando a pequena burguesia artesã (...). Em todas as partes, indiferença bárbara e o grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei (ENGELS, 2010:65 e 71).

Percebe-se como teoria que fundamenta a concepção dos conflitos sociais do autor a obra de Hobbes, O leviatã, quando aponta "a guerra de todos contra todos", com a diferença que esta guerra está agora situada dentro da condição humana civilizada.

O período inicial das sociedades que superaram o feudalismo, e também o Estado absolutista em seu período final, não havia as garantias de seguro acidente, férias nem aposentadoria, como ainda podem ser observadas atualmente. Nos inícios da chamada Revolução Industrial, que foi o primeiro grande impulso do capitalismo na economia, os trabalhadores não dispunham de nenhuma garantia de sustento durante problemas de saúde, nem durante a idade avançada.

Os trabalhadores se organizavam em Sociedades Beneficentes que eles mesmos sustentavam com contribuições voluntárias para proporcionar algum meio de vida aos colegas que estivessem em situações que os impediam de trabalhar. Associações deste tipo foram criadas também no Brasil após a abolição da escravidão. Duas associações de trabalhadores deste tipo sobreviveram em Pernambuco por muito tempo após as leis trabalhistas do período do governo de Getúlio Vargas.

Estas associações eram denominadas de Sociedades Beneficentes. A primeira era chamada de "Sociedade Beneficente de Apipucos". Ela se localizava na região de Apipucos na cidade de Recife. O seu último endereço foi na Rua Nova Descoberta, nº849, bairro de Nova Descoberta, Recife. Esta associação havia sido fundada em 1949, e sobreviveu até os meados da década de 1990, com finalidades modificadas. Esta entidade se fundiu com uma outra entidade de bairro e deixou de existir oficialmente. A segunda, denominada de "Sociedade Beneficente de Operários e Artistas de Olinda" (SBAOO), situada na Rua Bernardo Vieira de Melo, nº127, Bairro do Varadouro, Olinda, foi fundada em 1906. Esta ainda sobrevive, mas não exerce mais as funções originais, e, ainda, os artistas e os operários atuais, talvez nem a conheçam e nem sabem de sua existência (BARBOSA, 2009:47). As funções deste tipo de entidade social foram assumidas por entidades estatais que gerenciavam as políticas de previdência, saúde e assistência social. Atualmente existem proposições e posicionamentos que tendem a fazer com que a Previdência e Assistência Social sejam privatizadas, mas, não sob o controle dos trabalhadores, mas, que estas estejam sob o controle dos capitalistas financeiros.

A organização, planejamento e implementação de políticas pelo Estado passou a assumir pelo menos duas vertentes da política econômica, que deixou de estar sob responsabilidades das empresas privadas. Estas são as políticas de gestão da força de trabalho e as políticas de gestão da moeda. Com a responsabilidade em gerir as políticas que envolvem as forças de trabalho, o Estado assumiu a previdência e assistência social, as políticas educacionais para formar e capacitar trabalhadores, e, ainda as políticas de trabalho (BRUNHOFF, 1985:7-64).

É neste contexto que se pode compreender os conflitos em torno de transporte urbano

envolvendo a administração pública (União, Estados, Municípios, e Distrito Federal). As divergências se expressam em torno da definição das tarifas de transportes. Isto acontece em razão da gestão estatal desta política. A arrecadação é feita e depositada nos cofres municipais, ou estaduais, conforme o caso, e o gestor público remunera as empresas prestadoras do serviço de transporte por quilômetro rodado. A tarifa não consegue cobrir os custos empresariais da execução dos serviços de transporte urbano. Por isso, o poder de Estado subsidia o transporte com recursos públicos.

Neste aspecto em particular, acontecem diversos conflitos de interesses que podem envolver poucos ou muitos agentes sociais e econômicos. Muitas vezes, os conflitos aparecem a partir de um estopim insignificante, mas que podem atingir grandes proporções de acordo com o contexto social, político e econômico, com os agentes envolvidos direta ou indiretamente no problema específico.

1.3 – Além dos R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais)

Este tópico se destina a apresentar os diferentes fatores que corroboraram para o fenômeno denominado por André Singer de *acontecimento de junho* (SINGER, 2013). Para além dos R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais) no aumento das passagens de ônibus coletivo, metrô e trens em São Paulo, outros fatores também se somaram ao descontentamento dos manifestantes, como a copa das confederações, a copa do mundo em 2014 e por fim a violência policial nos atos, que foi motivo de revolta por quem estava participando dos atos e por quem estava assistindo. Esses episódios colaboraram para que os manifestantes se mantivessem nas ruas, aumentando a adesão de participantes nos atos e até mesmo de movimentos táticos como os *Black Blocks* (Um movimento de conotação anarquista).

As manifestações iniciadas no mês de junho de 2013 pelo Movimento Passe Livre (MPL) que ocorreram na cidade de São Paulo inauguraram uma onda de manifestações pelo país inteiro. O aumento da passagem no transporte coletivo sancionado pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), foi o que se tornou o estopim para o início das manifestações.

A presidente Dilma Rousseff (PT) adiou o aumento da passagem, que era feita normalmente no início do ano, para fazê-la em junho, mês das férias escolares e também coincidentemente, o mês em que se iniciaria a Copa das confederações, Mauro Luis Iasi explica que:

A confiança na passividade imposta aos movimentos sociais era tão grande que a presidenta Dilma negociou para que o aumento das passagens não fosse lançado em janeiro, mas em junho, para tentar disfarçar a inflação que sai do controle. (...), mas os poderosos fielmente acreditavam que a população estaria ocupada torcendo pela seleção brasileira e não repararia naquele pequeno grupo de jovens protestando contra mais um aumento (IASI, 2015).

O poder de articulação dos movimentos sociais foi subestimado, e não só saíram em busca da revogação do aumento, como também exigiam a tarifa zero para estudantes. Porém, só conseguiram a revogação do aumento dos R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais). Mas, isso não impediu que muitos dos manifestantes continuassem nas ruas. A questão não era só os R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais) no aumento da passagem, agora eram por direitos básicos, como saúde, educação, segurança e contra a corrupção principalmente. O que antes era uma manifestação de pauta única, agora ficou tão difusa e abstrata que cada um carregava uma bandeira diferente, se antes era apartidária, agora "acabaram por ser uma espécie de "Jornadas de Juno", cada um vendo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma Deusa diferente" (SINGER, 2013).

O Brasil é um país de terceiro mundo, em desenvolvimento. E em países como o Brasil, o capitalismo se insere de modo a ser zelado pelo Estado, principalmente em períodos de crise, em que ele necessita do Estado para se recuperar e continuar com seu ciclo de exploração. Por mais que os liberais defendam que o Estado não deva intervir no mercado, que a "mão invisível" do mercado por si só irá agir. Todavia, não é bem isso que vemos na prática. Sobre essa característica do capitalismo e do Estado patrimonialista, pode-se observar que: "O capitalismo não brota espontaneamente na sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tira-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará, adverte Faoro. " (1998 apud CAMPANTE, 2003:154).

Singer em seu artigo **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas**, nos diz que:

As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou. (SINGER, 2013:24)

Alguns autores defendem que o fato do reajuste da passagem não ter sido feito no início do ano, como sempre foi feito e sim no meio do ano, mês de férias escolares, tenha corroborado fortemente para a grande adesão dos manifestantes, já que teriam tempo para manifestar.

Com o aumento das manifestações, a polícia foi mobilizada para conter e dispersar

os atos, mas o governo do estado ordenou que a força fosse usada sem medir esforços pelos agentes de segurança pública. Nisso, até mesmo os jornalistas foram atingidos por balas de borracha, mesmo estando em trabalho, com identificação da imprensa e mantendo certa distância. Com tamanha violência os *black blocks* decidiram intervir para proteger os manifestantes.

A manifestação que antes tinha uma única pauta e que era apartidária, agora tomou outros rumos, o MPL não tinha mais controle sobre a agenda dos atos e teve que se retirar das manifestações. Esse fenômeno é muito heterogêneo, não havia mais um grupo específico organizando os atos, foi espontâneo, os manifestantes não queriam mais ficar só nas redes sociais, mas sim participar da mudança do país.

As manifestações tomaram rumos diferentes, trazendo à tona todo o tipo de insatisfação, seja na saúde, na educação ou segurança. E o discurso maior foi contra a corrupção e contra a presidente Dilma. No fim virou uma mistura tão difusa que mesmo atualmente, sete anos depois, ainda não há consenso sobre o que realmente foi tudo aquilo e os rumos que as manifestações do ano de 2013 iriam estabelecer.

Analisar 2013 não é tarefa fácil, visto que as consequências que se seguiram não foram as melhores. O que vale ressaltar aqui é que esse movimento fez os brasileiros irem para as ruas, gritarem as suas insatisfações, mesmo que de forma generalizada a fim de resultados abstratos que não poderiam ser resolvidos de uma hora para a outra, como o fim da corrupção ou saúde e educação de qualidade.

O cenário não podia ser melhor em 2013, com a construção de estádios grandiosos de futebol para sediar a copa das confederações em 2013 e a copa do mundo em 2014, o padrão FIFA dos estádios foram questionados, por ser o dinheiro público utilizado na construção de estádios que seriam usados apenas uma vez, enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) padecia de investimentos e a educação precisava de incentivos. Todos esses acontecimentos foram combustíveis para as manifestações que começaram lá atrás em razão do aumento, agora já não eram mais os R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais), era tudo e ao mesmo tempo não resolveram nada.

Todavia, convém recordar que de uma pequena fagulha se faz uma explosão. A história norte americana possui um destes exemplos na questão do impacto sobre o chá que a Inglaterra impôs às colônias na América. A Inglaterra possuía o monopólio sobre o chá que era levado para as colônias. O país europeu obrigava que a "Companhia das Índias Ocidentais"

levasse o chá para lá, pois, não possuía permissão para levá-lo diretamente a nenhuma de suas colônias no mundo inteiro. A Inglaterra resolveu aumentar o imposto sobre o chá como medida para aumentar as suas receitas. Isto provocou uma grande revolta nas colônias. No dia 16 de dezembro de 1773, houve o desfecho de uma revolta liderada por Samuel Adams, Paul Revere, e, William Molineux, que ficaram conhecidos como "Filhos da liberdade". Eles impediram que três navios ingleses descarregassem a carga de chá na Baía de Massachusetts, Estado de Boston, pois, imediatamente, a colônia deveria pagar o imposto para os navios voltarem para as suas origens. Com o apoio de várias pessoas, o chá foi jogado ao mar. Este movimento marcou o início da chamada Revolução Norte-americana que levou à independência dos Estados Unidos da América do Norte (EUA), que foi consolidada no ano de 1877. (KARNAL, 2007:79). Aconteceu uma tensão entre a situação política colonialista e a sociedade colonizada. "Sob a tensão explícita entre moral e política agravam-se, latente, a crise política: a questão era se o Estado continuaria a reinar ou, ao contrário, seria a vez do "espírito", da sociedade" (KOSELLECK, 1999:134).

Com base neste evento, poderia ser o início de um processo de maior alcance no Brasil. Mas, isto depende das capacidades de formulações de objetivos dos movimentos. Em vez disso, se tornaram dependentes dos Meios de Comunicação Social (Itens 3.2 e 3.3).

Depois, desta observação, vamos continuar esta exposição.

Os R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais) só colaboraram para reunir os manifestantes e mostrar que se eles quisessem mudar o Brasil a hora era aquela, que deveriam tomar as ruas e lutar contra aquilo que mais tinham insatisfação, fosse a corrupção, fosse as desigualdades sociais. Em 2014 foi ano eleitoral para presidente, em tese seria o ano da mudança, já que a insatisfação política estava muito grande e o discurso contra a corrupção estava explícito. Porém, a presidente Dilma conseguiu se reeleger.

Visto que os anos de gerência petista foram os anos que os mais pobres saíram da miséria, com a implementação de programas de ajuda social, os jovens tiveram acesso o pleno emprego, a casa própria, acesso à universidade pública e etc. Criou-se uma nova classe média. Pensou-se que estava tudo bem, mas por que então os jovens foram as ruas se manifestar contra o governo? O que podemos observar é que as medidas paliativas de políticas sociais de assistencialismo nunca foram suficientes. A nova classe média que a gerência petista criou não estava tão satisfeita quanto se imaginava. Não existe vinculação exata nem automática entre uma classe, fração de classe com qualquer grupo hegemônico

no poder.

A criminalização do Estado, rotulado de patrimonial e corrupto, vai ser na verdade, o único discurso das elites na luta pela hegemonia social, tendo como contraponto o mercado, agora virtuoso e paradisíaco. Como não se pode justificar a rapina direta das classes populares e das massas da classe média pela elite, a criminalização do Estado e da política, vistos como o espaço da corrupção e do patrimonialismo, é crucial para neutralizar o único instrumento de defesa eficaz dessas classes (SOUZA, 2018:125-126).

O sistema capitalista não criou um estado de bem-estar social, pelo menos não no Brasil, um país em desenvolvimento, pelo contrário, cria formas de exploração cada vez mais predatórias, explorando a força de trabalho do subproletário, a fim de perpetuar as desigualdades sociais já existentes no Brasil. É o sistema de desigualdades sociais que precisa e será reproduzido pelo Estado com as suas políticas. O componente de igualdade do slogan da Revolução Francesa fica sempre reduzida e aplicada nos limites da igualdade formal, isto é, na igualdade perante a lei.

CAPÍTULO II

MANIFESTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE O TRANSPORTE URBANO

2.1 – As expressões da mídia sobre o transporte público em Marabá

Discuto neste tópico do trabalho como a mídia local, em específico o jornal Correio do Tocantins apresenta as notícias das manifestações ocorridas em Marabá no mês de junho do ano de 2013.

Em Marabá, o movimento "Movimente-se" foi protagonista nos atos que ocorreram na cidade. Levando milhares de pessoas às ruas com seus cartazes e gritos de ordem. A insatisfação era voltada para a situação local. Historicamente, Marabá é uma cidade de fronteira, com origem na migração, cidade que já fez parte do ciclo da borracha, da castanha, do diamante e agora do minério e da frente agrícola. As questões sociais que corroboraram para que as manifestações fossem realizadas até no interior paraense, foram questões de teor social, como o desemprego, as desigualdades, educação e saúde.

A região conta com uma pluridiversidade de grupos. Há aldeias próximas da cidade, há ribeirinhos, há remanescentes de quilombolas e muitos imigrantes. A diversidade étnica e do uso dos espaços residenciais são facilmente percebidos em qualquer movimentação pela cidade.

Na edição do dia 22 de junho de 2013 ocorreram protestos contra a CELPA (Centrais Elétricas do Pará – Distribuidora de energia elétrica), protestos do movimento Acorda Carajás e do Movimente-se. O "Acorda Carajás" pedia pela construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins, pela criação da ALPA, a derrocada do Lourenção e também pela criação do Estado do Carajás. A manifestação do "Movimente-se" exigia muitas coisas, entre elas, a criação do Estado de Carajás, atenção à saúde indígena, a devolução da Serra Pelada aos garimpeiros, contra a PEC 57 (Projeto de Emenda Constitucional), contra a "cura gay", contra a intolerância religiosa, contra o saque do minério do sudeste da região, contra o machismo e contra a corrupção. As pautas têm origens e formulações compromissadas com as elites e com um certo padrão moral que é tido como sendo imutável e eterno (SOUZA, 2018:126).

Percebe-se que os temas reunidos como mobilizadores populares são muito amplos. As figuras 1 e 2 apontam para as motivações amplas para as mobilizações. A reunião de temas com esta diversidade faz com que o foco do movimento seja tão difuso

que outras influências, geralmente externas ao movimento, possam se tornar o foco dominante. Os temas que passam a tomar parte das propostas e motivos para as ações incluem conteúdos que vão da política em vários níveis territoriais, culturais e também, de cunhos morais, como aparecem nas figuras 3 e 4.

2.2 – As expressões da mídia sobre o transporte público em São Paulo

O Jornal Folha de São Paulo é uma fonte jornalística que se tornou mais acessível como uma fonte de pesquisa para quem vive em Marabá sobre os movimentos de transporte público que ocorreram em junho de 2013. Inicialmente favoráveis aos movimentos em determinados aspectos, como os que apontam as relações de proximidade entre o Movimento Passe Livre e o Partido dos Trabalhadores, que faziam parte do conjunto de partidos que compunham o bloco no poder no Brasil, e ainda, sendo este, o partido político que assumia publicamente o comando das políticas para o país por ser ocupante do cargo máximo da República. A afinidade entre o MPL e o PT ficou registrado como tendo ocorrido pelo menos no ano de 2011. Isto ficou registrado por meio da figura 6. A figura 12 faz o registro jornalístico de que a proposta presente apresenta o mesmo conteúdo das reivindicações desde o ano de 1987. Outro aspecto relevante para todos os participantes dos movimentos em torno do transporte público ficou expresso na figura 17, que ressalta o objetivo dos protestos como sendo o de obter a tarifa zero em toda a cidade de São Paulo.

A figura 13 destaca que a presidente Dilma foi vaiada no evento de abertura da Copa das Confederações. O destaque fez parte da postura editorial do Jornal Folha de São Paulo em fazer oposição ao governo federal daquele momento e ressaltar os gastos com o evento futebolístico. Isto foi feito sem apresentar as explicações sobre as fontes destes mesmos recursos que não eram públicos na maioria de sua composição, nem apontar as vantagens que este tipo de evento tem como consequência para os que trabalham com o setor do turismo internacional.

A figura16 registra uma consequência econômica das movimentações que apontam para as reações adversas ao movimento em si mesmo. Em consonância com os lojistas, o Jornal Folha de São Paulo destaca que os comerciantes tomaram a iniciativa de fechar as portas minutos antes do momento programado para iniciar as manifestações de rua. As consequências desta medida são destacadas como a redução do tempo de disponibilidade para que as pessoas possam realizar as suas comprar num momento mais adequado do dia, e, também, na redução dos lucros e da arrecadação municipal, o que é essencialmente relevante

para o Estado, como será visto a seguir (item 1 do capítulo III deste trabalho).

Um conjunto de fotos e reportagens do Jornal Folha de São Paulo destaca aspectos negativos para o Jornal e para influenciar a opinião pública contra as ações de rua dos movimentos que se associaram na defesa da proposta de tarifa zero para os usuários do transporte público na cidade de São Paulo. As figuras 5, 7, 9 e 10 apresentam conteúdos noticiosos em relação ao tema "vandalismo". Trata-se das ações direcionadas pelo grupo anarquista denominado *Black Block* que aproveitava as oportunidades para quebrar vidraças de prédios, principalmente de agências bancárias que estivessem no trajeto das passeatas programadas pelos movimentos em torno do transporte público. Isto provocou confrontos entre manifestantes e forças policiais, o que o Jornal Folha de São Paulo denominou de "guerra da tarifa" como está na figura 8.

Os outros conteúdos noticiosos, que estão nas figuras 10, 11 e, 14 aponta a realização de reuniões entre representantes das manifestações de rua e também do MPL com o poder público estadual e municipal.

As realizações de acompanhamento das manifestações pelo Jornal Folha de São Paulo permitem apontar que a empresa jornalística nunca esteve plenamente a favor do movimento em torno do transporte público de junho do ano de 2013 com relação ao seu grande objetivo que procurava alcançar. A maioria das matérias jornalísticas tiveram como conteúdo o que classificaram como sendo manifestações de vandalismo.

2.3 – O alcance e os limites dos movimentos sobre transporte público

Os movimentos populares que reivindicam melhorias na oferta de serviços de transporte urbano possuem um alcance com relação aos seus objetivos bastante sérios. Estes objetivos principais podem ser apontados como: a) garantir a locomoção das pessoas no espaço urbano durante os horários que possibilitem que as pessoas cheguem em tempo hábil aos próprios locais de vínculos empregatícios, educacionais e de lazer; b) garantir um conforto compatível com as necessidades populacionais em conformidade com definições legais; c) as tarifas precisam estar dentro de um patamar que garanta o acesso geral da população ao deslocamento no espaço urbano.

Todos estes três objetivos dos serviços de transporte urbano apontados acima estão em consonância com o objetivo fundamental da política econômica de Estado (Item 1.2 deste trabalho), que podem ser resumidamente expressos como "gestão da força de trabalho" e

"gestão da moeda". Com relação à política de gestão da força de trabalho, ela comporta uma parte do transporte urbano, pois, já que a burocracia estatal passou a ser responsável pela gestão da força de trabalho, uma de suas responsabilidades imediatas está na garantia de que a locomoção das pessoas ao trabalho tenha a continuidade necessária ao bom funcionamento das questões sociais e empresariais.

A gestão da moeda também apresenta relação com o transporte urbano por causa da definição das tarifas a serem pagas pelos usuários destes transportes. Uma das maneiras de fazer com que as tarifas sejam mantidas sem ou com reajustes baixos é o controle dos valores das tarifas e evitar que aconteçam uma ascensão dos preços aos consumidores. Estes preços dependem do mercado e das relações entre os seus agentes, como podem ser observados a seguir, quando uma tarifa pública depende não só dos governos, mas também, das relações entre agentes privados e das oscilações do mercado.

Os governos atuam no interior deste contexto, e, nele, podem se manter, ser bemsucedido, cair em desconforto, ou até mesmo desaparecer. Isto sempre acontece, pois, além de serem gestores públicos sobre toda a sociedade, os governos se inserem nos conflitos de interesses sociais e econômicos da composição dos agentes sociais e econômicos.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE TRANSPORTE URBANO

3.1 – As políticas estatais de tarifas de transporte

Claus Off apresentou as determinantes funcionais do Estado na atualidade, ou seja, o Estado que se consolidou no mundo inteiro após a Revolução Francesa. O autor aponta três determinantes funcionais do Estado: 1) A privatização da produção. 2) Dependência dos impostos. 3) Acumulação como ponto de referência (OFF,1984:122-125. APUD. BARBOSA, 2017:65-66. Grifos da fonte). A primeira determinação vincula o Estado aos propósitos da produção econômica privada. O Estado planeja, elabora e implementa políticas que sejam do interesse dos setores econômicos privados. A segunda determinação aponta a falta de autonomia do Estado em relação aos agentes sociais e econômicos presentes em seu território e aos compromissos internacionais que foram estabelecidos em acordos e tratados diversos. A terceira determinação faz com que o Estado seja essencialmente vinculado à defesa dos sucessos dos negócios privados.

Quando o Estado implementa uma política chamada de social, ou seja, que atenda interesses populares, ele não abandona os seus vínculos da situação em existência e atual. Estas políticas sociais são implementadas na busca de legitimação social da burocracia de Estado (POULANTZAS, 1977:235-239).

Uma das medidas que os governos vinham tomando para realizar uma política de transporte urbano mais próxima aos interesses populares era o controle do reajuste de preços dos derivados do petróleo, principalmente do óleo diesel e da gasolina, pois, isto impacta em todos os outros produtos disponíveis para a população e é um dos fatores principais de elevação da inflação. Por isso, os preços dos combustíveis ficavam bem abaixo dos outros produtos no mercado em razão das decisões políticas sobre a Petrobrás.

Mas, a Petrobrás é uma empresa de capital misto, onde o Estado detém a maior parte das ações, fazendo com que a entidade pública tenha controle sobre os preços de seus produtos. Isto vinha gerando um conflito de interesses diante dos acionistas privados da Petrobrás, quando estes percebiam que na maioria dos países do mundo os preços dos derivados do petróleo seguiam a variação do dólar.

Ao seguir a variação do dólar, os derivados do petróleo proporcionavam maiores

remunerações às ações no final de cada exercício financeiro. É daí que surgem as pressões para que a Petrobrás seja privatizada, e, com isso, se desvincule das decisões governamentais, ficando totalmente dependente das oscilações do mercado de combustíveis. E, se o preço dos combustíveis estiver vinculado ao dólar, os preços dos seus derivados passarão a seguir as tendências das oscilações internacionais dos preços do petróleo, e também, da variação cambial do dólar.

Mas, o custo do transporte urbano, no caso específico, não depende somente do preço dos combustíveis. Outros fatores também impactam neste custo, como, a manutenção da frota de veículos, pagamento de salários e outros fatores empresariais. A maioria dos transportes urbanos no Brasil atualmente, são prestadas por empresas privadas que concorrem através de licitações ao direito de uso de uma concessão de linhas em um determinado município. É neste aspecto que está o fundamento de um dos elementos dos conflitos em torno das tarifas de transportes urbanos.

Os empresários de transportes urbanos podem chegar a um momento em que apontem a necessidade de reajustes dos valores das tarifas para poderem ter condições de cumprir os contratos de prestação dos serviços que assumiram. Esta política de valoração das tarifas é elaborada, implementada e acompanhada por meio de um Conselho de Transporte Urbano a nível municipal e/ou estadual. Estes conselhos são formados por representantes do poder público, das empresas prestadoras de serviços, e também, de representantes da população.

Por isso, quando os empresários reivindicam um reajuste das tarifas, eles precisam justificar o pedido apresentando as planilhas de custos que estão sob suas responsabilidades e apontar o nível de reajustes que apontam como sendo necessários para a continuidade da prestação dos serviços de transporte urbano. Foi deste Conselho em São Paulo que surgiu o reajuste de R\$ 0,20 (Vinte centavos de Reais) para as tarifas de transportes urbanos.

Os empresários recebem um valor por quilômetro rodado dos veículos em atividade nos serviços de transporte urbano. Isto é resultante de negociações de longa data cujo consenso se consolidou sobre o desgaste dos veículos e dos outros itens dos custos dos transportes. As alterações dos custos implicam a necessidade se realizar os reajustes das tarifas do transporte urbano, e outros.

3.2 – As consequências sociais das políticas

A implementação de uma política econômica estatal está relacionada com os mais diversos agentes sociais e econômicos. Os interesses expressos pelas lideranças dos movimentos sociais dos transportes interessam que as tarifas sejam as menores possíveis. Os interesses dos empresários concessionários de serviços de transportes urbanos se voltam para a obtenção dos seus lucros num nível estável ou em elevação. Os interesses dos governos se vinculam ao orçamento público, que precisam ser mantidos em certos limites, conforme a disponibilidade de arrecadação de impostos. Isto ainda se relaciona com as políticas de subsídios públicos para que as tarifas se mantenham em determinado nível e que os seus impactos inflacionários sejam diminuídos. Mas, os recursos públicos são dependentes dos impostos.

É esta teia de relações entre os agentes, e de determinações que limitam a efetivação de proposições que interagem nas definições das tarifas de transportes urbanos. Os conselhos de transportes urbanos em qualquer nível, municipal ou estadual se reúnem, dentre outros motivos, para decidirem as tarifas relacionadas a estes transportes em cada nível.

As tarifas de transporte urbano acarretam muito mais consequências para a população de menores faixas de renda. São elas as que mais necessitam deste tipo de transporte em suas locomoções pelo espaço e resolver seus problemas vivenciais. As políticas que assumem um caráter social tendem para o chamado Estado de Bem-Estar Social. Isto demonstra o caráter destas políticas e elas se inserem nas disputas pela definição e continuidade de um determinado padrão de relacionamento entre o Estado e os agentes sociais e econômicos. O Estado gerencia a sociedade a partir de interesses de classe, e atende determinadas demandas dos setores e classes populares para garantir a sua legitimidade social.

Os meios de Comunicação Social sempre constroem versões como conteúdo de notícias de acordo com os próprios interesses, que estão relacionados com os interesses de seus aliados econômicos e políticos.

Com as manifestações de jovens de junho de 2013 às portas – que organizou, insuflou e cobriu ininterruptamente para desestabilizar o governo Dilma – as Organizações Globo se sentiram acuadas e na obrigação de pedir desculpas pelo apoio irrestrito ao Golpe de 1964. E publicaram um editorial mal escrito (AMORIM, 2015:108. Grifos da fonte).

Os agentes da comunicação produzem notícias e, com elas, procuram interferir nos processos sociais e econômicos em consonância com a situação que querem recuperar ou manter. Com isso, estes meios se tornam a voz dos agentes econômicos privados no jogo dos interesses que envolvem as definições de tarifas de transporte urbano. O ambiente de

descontentamentos com o governo já vinha sendo preparado há um bom tempo antes dos eventos das jornadas de junho de 2013, como tempos depois, colunistas de jornais conseguem sustentar (SERRA, 2020).

Com isto, as decisões resultantes destas negociações e definições que despontam do Conselho de Transporte têm as suas consequências sociais inseridas neste conflito de interesses presentes no interior da sociedade, com as nuances de impactos maiores ou menores conforme a classe social dos conjuntos de agentes com os seus interesses próprios.

Os representantes dos movimentos de transporte urbano aproveitaram o momento para irem além das reivindicações por tarifas baixas. Além disso, estava a qualidade dos serviços de transporte urbano. Por isso, despontou na população uma comparação com a qualidades dos estádios para os jogos da copa do mundo de futebol da FIFA.

Os setores políticos mais ufanistas e também os derrotistas reduziram o debate a uma polarização entre "Vai Ter Copa" X "Não Vai Ter Copa". Na verdade, a questão demandava um debate multifacetado, levando-se em consideração os aspectos positivos e negativos dos impactos do megaevento. Por exemplo: a sugestão de diversos setores da sociedade para que os megaeventos sejam submetidos ao crivo da aprovação popular, através da convocação de plebiscitos, é uma questão de política de Estado madura e consistente (...). Outra dimensão central do debate, além da questão democrática, é sobre quem ganhou e acumulou riqueza e renda com o empreendimento da Copa. O que vimos foi uma operação tipicamente capitalista dos grandes espetáculos. E o futebol hoje é extremamente mercantilizado, uma indústria que movimentam bilhões. Aí está contido um aspecto decisivo, contemplado na palavra de ordem "Copa pra quem?" (ALVES, 2019:147).

Este evento envolve vários interesses privados nacionais e internacionais. Diversos agentes econômicos se voltam para os mesmos objetivos e com exigências de alto padrão de realizações. A FIFA aproveita das aspirações populares sobre o futebol para exigir detalhes de condições de realização dos eventos de uma copa mundial que atenda os seus interesses, e os impõe aos países que se tornam sede dos mesmos (ALVES, 2019:146).

Isto ainda não acontece com os problemas que envolvem o transporte urbano, como o acesso aos estádios dos jogos, e os movimentos em torno destes problemas não dispõem de forças sociais, econômicas nem políticas o suficiente para garantir um alto padrão de qualidade dos serviços.

Os trens metropolitanos, chamados de metrô apresentam alta qualidade de prestação de serviços por algumas razões pouco discutidas. Primeiro, estas ofertas de serviços seguem um padrão mundial de primeiro mundo e foi reproduzido no Brasil; segundo, esses serviços buscam atender prioritariamente as populações de regiões centrais das metrópoles.

As definições sobre as tarifas de transporte urbano são mais complexas nas grandes metrópoles urbanas, e também, em cidades menores com distribuição muito irregular no território habitado, como é a cidade de Marabá. As cidades que foram planejadas a partir de

círculos concêntricos dispõem de possibilidades de que seja estabelecida uma única tarifa desde todas as linhas contenham um ponto inicial na periferia e um ponto final na região central da cidade, e, ainda, considerando que as pessoas das classes populares só conseguem espaços efetivos de moradia com maior facilidade nas regiões periféricas do território urbano.

Ainda é necessário considerar a mobilidade de interesses por um ou outro espaço urbano que se torna preferido pelas pessoas de maior poder aquisitivo, o que torna possível o surgimento de centros urbanos concorrentes entre si na mesma cidade (VILLAÇA, 2001:119, 227, e 313-315).

O espaço urbano é produzido e consumido por um mesmo e único processo. A sua estruturação interna, entretanto, se processa sob o domínio de forças que representam os interesses de consumo (condições de vida) das camadas de mais alta renda (...). Tal estruturação se dá sob a ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano, ou, em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho (VILLAÇA, 2001:328).

É neste conjunto de interesses que os meios de comunicação interferem sem apresentar muitas explicações. Apontam a superfície dos problemas e das posições para produzirem matérias e manchetes de destaques. Os posicionamentos dos meios de Comunicação Social ficam mais evidentes no item que se segue.

3.3 – Os conflitos tarifários e os meios de comunicação social

O uso das chamadas redes sociais em comunicados e propagandas políticas está disseminado no mundo inteiro. As redes sociais são uma ampliação com uma dimensão mais popularmente acessível das comunicações sociais. Mas, estas redes sociais continuam, na maioria dos conteúdos divulgados, com a mesma restrição aos aspectos fenomenológicos dos fatos, e muitas vezes, os inserem nas disputas ideológicas, quando se trata de conteúdos políticos e culturais. Países como a Índia, Reino Unido, Estados Unidos da América do Norte estão entre aqueles países em que esta prática de envio de mensagem com ideias políticas teve a sua aplicação bem-sucedida antes de chegar ao Brasil.

Nas redes sociais, é corriqueira a prática do astroturfing, a disseminação de conteúdos recorrendo-se a terceiros — robôs, números de telefone estrangeiros, sites políticos, entidades ou pessoas sem relação direta com as campanhas políticas —, assim camuflando os verdadeiros autores. O termo *AstroTurf*, nome de uma marca de grama artificial, e remete por analogia a *grassroots*, literalmente "raízes de grama", mas é uma expressão hoje consagrada para "movimentos populares de apoio". *Astroturf* é um movimento popular falsificado, um grassroots de araque (MELLO. 2020:27-28. Grifos da fonte).

Depois de estabelecer esta base de análise acima, a jornalista aponta as ideias do diplomata australiano conhecido como Arjun Bisen que descreve a maneira como este tipo de

ação política é implementada desde os seus inícios.

Com base na análise de dados, as mensagens são micro direcionadas (direcionadas a grupos específicos), sobretudo pelo *WhatsApp*, a fim de repercutir em determinados grupos. O conteúdo é sempre polarizador e, para demonizar certas etnias ou políticos da oposição, recorre a símbolos religiosos, ao nacionalismo e a narrativas morais (BISEN, 'Disinformation Is Drowing Democracy". Foreign Policy. 24 de abril de 2019. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2019/04/24/disinformation-is-drowning-democracy/. APUD. MELO, 2020:28).

A maior efetividade do *WhatsApp* está na sua característica fundamental que o distingue dos outros meios de comunicação tradicionais, como o remédio, o jornal escrito, e a TV, que é o recebimento de mensagens, que receptores podem ter acesso aos conteúdos num momento propício à própria escolha. Além disso, pessoas destinatárias de conteúdos assumem os custos de obtenção e manutenção de aparelhos que podem levar pessoalmente para onde se deslocam o dia todo.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, definiu a necessidade de ser criado o "Conselho de Comunicação Social" no Artigo 224: "O Congresso instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social". Este Conselho nunca saiu de uma proposição constitucional que nunca foi cumprida. O Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar de governo, deveria ser criado com definições de suas competências para regulamentar, acompanhar, e delimitar as ações noticiosas da imprensa no território nacional.

Mas, como este Conselho não existe, os meios de comunicação no Brasil não precisam prestar contas a ninguém das versões que eles mesmo produzem sobre os fatos, e as divulgam conforme a duração e a intensidade que eles mesmos definem. Todas as tentativas de implementação deste Conselho, e, regulamentar o artigo da Constituição Federal sobre o tema, não chegaram a nenhum resultado concreto. Houve a tentativa de criação de um Conselho Nacional de Jornalismo para "'orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista'; o projeto chegou a ser enviado ao Congresso em 2004, mas foi derrubado pelos deputados" (MELLO, 2020:199).

Assim, os meios de comunicação social no Brasil, podem tomar partido diante do que tomam conhecimento e defendem os interesses particulares deles mesmos e/ou de seus anunciantes, mesmo que, para isso, omitam partes, modifiquem, ou silenciem sobre ocorrências de interesse do público.

Em um livro, cujo título é inadequado aos padrões científicos, o jornalista Paulo Henrique Amorim, depois de mais de 50 (cinquenta) anos de exercício profissional, e tendo se aposentado, sustenta que existe o que ele chama de Partido da Imprensa Golpista (PIG) no Brasil.

Este livro trata do PIG, Partido da Imprensa Golpista, expressão que difundiu no *Conversa Afiada*. O PIG é composto de O Globo, Folha, Estadão e seus subprodutos. A *Abril* não é propriamente do PIG, porque a "aristocracia" do PIG jamais aceitou os judeus italianos da *Abril* em seus salões. A *Abril* e a *Veja* se incorporaram ao PIG por interesse. E pelos mesmos interesses eram aceitos, desde que ficassem na cozinha (...). Este livro foi escrito em duas temporadas. A primeira entre 2004 e 2005, a partir de um curso que dei sobre "por que a televisão brasileira se tornou comercial e, não pública ou estatal (AMORIM, 2015:16 e 18. Grifos da fonte).

Ele deixa evidente que, no seu *Blog* pessoal denominado de "Conversa Afiada", ele pode expressar o que realmente pensa sem ter que prestar contas a ninguém sobre o que divulga, e que, depois, transformou em livro. Ao apontar uma inadequação do título do livro de Paulo Henrique Amorim manifesto a preferência consolidada e mundialmente aceita da elaboração teórica de Althusser, quando classificou os meios de comunicação como parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

Enquanto aparelhos ideológicos, os meios de comunicação não constituem um outro poder de Estado, mas, se constituem como adeptos e divulgadores de versões sobre quaisquer fatos e tendências de todas as matrizes, inclusive culturais e religiosos, que estejam em consonância com o estado de coisas vigentes. Entre os Aparelhos Ideológicos do Estado, o autor aponta os "AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc." (ALTHUSSER, 1985:68).

A ideologia necessita de um meio para que ela possa efetivar seus efeitos de acordo com agentes de uma chamada ordem social e fazer com que, pela menos grande parte da população, se torne agentes que realizem ações em consonância com esta mesma ordem social. As manchetes de jornais são elaboradas a partir da construção de uma versão sobre as ocorrências. Quando as fontes jornalísticas são agentes de qualquer poder do Estado, estes mesmos dispõem do poder de selecionar o que pretendem divulgar em conformidade com interesses de classe ou de membros da burocracia de Estado e tanto reforçar quanto alimentar a opinião pública favorável aos rumos dominantes. Podem, até mesmo, fazer montagens conforme um editorial e torcer um conteúdo, e ainda, produzir vazamentos seletivos (DUARTE, 2020:90 e 94). O que conta aqui, é a manutenção de uma situação social, que adquiriu a condição de ser justa e duradoura.

A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos (...). Os indivíduos foram sempre/já interpelados pela ideologia como sujeitos (...). Os indivíduos são sempre /já sujeitos. É pelo estabelecimento dos AIE, onde está ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante (ALTHUSSER, 1985: 98 e 106. Grifos da fonte).

Deste modo, os meios de comunicação exercem, cada um ao seu modo, a função de elaborar, aprimorar e atualizar em consonância com cada momento distinto, a ideologia dominante para interferir com versões dos fatos em contraposição aos adversários que encontra e/ou formula a imagem a ser socialmente difundida e combatida. "Com as manifestações de

jovens de junho de 2013 às portas – que organizou, insuflou e cobriu ininterruptamente para desestabilizar o governo Dilma – as Organizações Globo se sentiram acuadas e na obrigação de pedir desculpas pelo apoio irrestrito ao Golpe de 1964" (AMORIM, 2015:108).

As Organizações Globo deixam evidente os seus compromissos com a chamada ordem social quando seu principal acionista investe e na Bolsa de Valores, por exemplo. Com isso, o sucesso da empresa de comunicação passa estar vinculada com o sucesso de determinadas empresas que atuam no mercado financeiro. Outro vínculo está no compromisso com o sucesso de seus anúncios, ou seja, que seus anunciantes tenham sucesso na sociedade atual. Estas e outras vinculações fazem com que a chamada neutralidade das versões divulgadas sobre os fatos, sejam elaboradas de acordo com um crivo que está velado, não divulgado, mas, evidente para que faz análises destes meios de comunicação.

Há um compromisso seguro e permanente entre as empresas de Comunicação Social e o Estado geral de coisas da sociedade. Isto gera uma certa instabilidade entre os profissionais das empresas que exercem a comunicação social.

Quem considera os partidos como os únicos sujeitos da disputa política tende a ignorar a importância dos consensos sociais — no nosso caso, os mitos que disputam o imaginário social e que vão orientar a ação de todos os partidos, e nação o contrário. A luta política no Brasil até hoje obedece ao mesmo esquema desde 1930. Há quase um século, essa é a verdadeira disputa pelo coração e a mente do público, indefeso diante de uma mídia quase sempre corrupta e venal. Quando o dinheiro do mercado se une à imprensa e aos intelectuais cooptados e servis aos poderosos, parte da massa da classe média e os setores populares acabam relegados à raiva pré-política e à indignação desarticulada (SOUZA, 2018:127).

O jornalista Paulo Henrique Amorim, quando colunista de economia do *Jornal da Globo*, registrou numa entrevista para uma revista em 2007 que, após dizer ao vivo no Jornal Nacional: "As expectativas são de que a inflação irá a 49% na próxima semana" ele foi chamado pelo Sr. Roberto Marinho que definiu os limites de seus comentários profissionais na emissora:

Você com esse vozeirão, muito bonito, mas é um vozeirão forte, você diz essas coisas e a pessoa não pode mais ligar para o sócio. Não pode mais ligar para o gerente, não pode ligar para o diretor financeiro e dar uma ordem, vende, compra, está completamente imobilizado, vai dormir com aquele trauma. Você não me faça mais previsões. Você comente o que já passou. Trabalhe com o passado" (AMORIM, 2015:145. Grifos da fonte).

Este é um exemplo que aponta a falta de independência de quem elabora os textos e das notícias. Assim, a chamada liberdade de imprensa não é uma liberdade de atuação profissional de jornalistas, mas, ao contrário, as produções jornalísticas estão submetidas aos interesses dos proprietários das empresas para as quais trabalham e os vínculos entre eles e a classe empresarial.

Entre o empresariado, particularmente, era grande a aversão à política econômica adotada durante o governo Dilma Rousseff. O país vinha de muitos anos de recessão

ou crescimento medíocre – no segundo mandato de Dilma, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 0,5% em 2014 e recuou 3,5% e 3,3% em 2015 e 2016. Várias medidas intervencionistas adotadas por Dilma, como controle de preços dos combustíveis e tarifas de eletricidade, haviam saído pela culatra (MELLO, 2020:46).

Por isso, um AIE pode atuar pela manutenção de uma situação social e política e, ao mesmo tempo, agir contra um certo governo. Os problemas locais relacionados com o transporte urbano em São Paulo encontrou ambiente propício para expressões populares em diversos locais do Brasil. Os envolvimentos dos interesses de diversos agentes econômicos diante das políticas econômicas tornaram possível para os Meios de Comunicação Social nacionalizarem os problemas e atribuem as responsabilidades por eles também, e principalmente, ao governo federal.

Com isso, o restabelecimento da situação num estado de coisas que estivesse mais favorável aos empresários passava pela mudança da chefia do poder executivo, principalmente nacional com proposições de interesses privados. As mudanças nas ocupações de quem exerce o poder não implica, necessariamente, a mudança da forma do Estado (Item 3.1).

3.4 – A possibilidade de uma tarifa R\$ 0,00 (Zero Reais) para o transporte urbano

Discutir as possibilidades de implementação de uma tarifa de valor R\$ 0,00 (Zero Reais) implica a junção de vários fatores na política de transporte urbano. Neste tópico, as argumentações se restringem a algumas fontes de responsabilidades exclusivas de jornalistas que assumem e se responsabilizam por algum *blog*, mesmo que sejam veiculados em jornais. Neste caso, a maioria dos responsáveis passam da fenomenologia (aspectos superficiais expressivos) para a análise dos conteúdos divulgados. Uma proposta com este objetivo apareceu durante a administração da Prefeita Luiza Erundina (PT), no ano de 1991, na cidade de São Paulo, tendo como fonte de recursos o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Quando a prefeita Luiza Erundina propôs a tarifa zero, em 1991, por sugestão do seu secretário de transporte, Lucio Gregori (até hoje grande defensor da ideia), a reação contrária foi avassaladora. A prefeita esperava financiar o custo do transporte com significativa elevação do IPTU, mas o projeto de lei nem sequer chegou a ser votado na Câmara Municipal, tamanha a oposição. Até mesmo a direção municipal do partido da prefeita (então no PT) não levou a sério a proposta. Mas estava lançada uma ideia que, quase três décadas depois, vem sendo crescentemente cogitada em várias partes do mundo (BONDUKI. (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/03/e-possivel-implantar-a-tarifa-zero-em-sao-paulo.shtml. Acesso em 20 de setembro de 2020).

Mas a formulação, como se vê, não chegou a ser concluída em razão das dificuldades na sua implementação. O prefeito Fernando Haddad formulou a proposta de gratuidade, mas a sua fonte de recursos é o IPTU. Para garantir a proposta havia a necessidade de dobrar a taxa de deste imposto na cidade de São Paulo, e, assim, não foi possível implementar esta política.

Entretanto, existem alguns municípios no Brasil e do mundo em que a tarifa R\$ 0,00 (Zero Reais ou outra moeda qualquer) foi implementada de diversas formas. A cidade de Várzea Grande Paulista se tornou a 16ª cidade no Brasil a implantar a gratuidade do uso de transporte urbano. A cidade de Maricá no Rio de Janeiro, adotou a gratuidade do uso de transporte urbano e usa os *royalties* de petróleo para financiar este serviço. Os municípios de Tallin (Estônia) e Cacais (Região Metropolitana de Lisboa (Portugal) são cidades que se tornaram exemplo desta política de tarifas de transporte urbano. Ainda mais, o pequenos pais denominado Luxemburgo, que conta com cerca de 770 mil habitantes conta com gratuidade no uso de transporte urbano em todo o seu território (BONDUKI. In. (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/03/e-possivel-implantar-a-tarifa-zero-em-sao-paulo.shtml. Acesso em 20 de setembro de 2020).

O prefeito da cidade de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira) no Estado do Rio Grande do Sul apresentou uma proposta com gratuidade do uso do transporte urbano, mas não de modo universal. O projeto deste prefeito propõe a gratuidade do uso de transporte urbano para os trabalhadores com carteira assinada, e é financiada com o aumento da tarifa para o restante da população que uso este mesmo tipo de serviço público (BONDUKI. In. (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/03/e-possivel-implantar-a-tarifa-zero-em-sao-paulo.shtml. Acesso em 20 de setembro de 2020).

Podemos ver acima que a implementação da gratuidade do uso do transporte urbano comporta várias maneiras de ser implementada. E, ainda mais, a gratuidade das tarifas de transporte urbano ampla a toda a população se insere num tópico da teoria política que assume a concepção que ficou conhecida como defensora e propagadora do chamado Estado de Bem-Estar Social. Isto significa se inserir e assumir um confronto teórico e prático na academia e nas elaborações e implementações efetivas de políticas de Estado, ou seja, o que popularmente e geralmente se chama de "Políticas Públicas".

Como os movimentos em torno da gratuidade do uso do transporte urbano possuíam uma prática sobre o assunto, mas não tinham nenhum domínio teórico a respeito do mesmo, eles apostaram nas repercussões nos Meios de Comunicação Social, e com isso, ficaram à espera das versões alheias sem condições de interferir no debate. Quando os objetivos dos meios de comunicação foram atingidos com a produção de manchetes que interferiam nas disputas políticas de seus interesses, o assunto saiu da pauta e caiu no vazio.

Todas essas considerações se apresentam nos limites das determinações do Estado que estão apontadas acima (Item 3.1 deste trabalho).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é um cenário onde ocorrem vários conflitos e acomodações de múltiplas espécies e com múltiplos sentidos envolvendo vários agentes sociais e econômicos. Estes conflitos se efetivam em diversas intensidades. As tentativas de consolidar uma tarifa zero em transporte urbano comporta várias modalidades de financiamento e de alcance territorial e populacional, como podem ser vistos nos exemplos que ocorreram em diversas partes do mundo e do Brasil.

As observações sobre a política de transporte urbano, que tem um cunho social muito forte e aparentemente simples, levam as análises a diversos elementos que constituem o Estado e os seus aparelhos. As decisões sobre esta política envolvem as políticas econômicas que o Estado assumiu para si no processo do seu percurso histórico. Esta tendência fez com que o Estado assumisse novas responsabilidades sociais que vão além daquelas que os teóricos iniciais apontaram, como sendo a da segurança social e política geral sobre o regime de propriedade privada. Isto leva os teóricos políticos a se defrontarem a partir de posturas divergentes e até antagônicas diante do que assumem quanto a relação entre Estado e Sociedade. Conforme esta postura, o Estado comporta compromissos restritos ou ampliados.

A tendência de assumir maiores responsabilidades diante da sociedade fez com que o Estado adquirisse características que o levavam a um Estado de Bem-Estar Social. Mas estas tendências sempre estiveram submetidas a discussões teóricas e a disputas sociais e políticas nem sempre bem definidas em suas exposições públicas.

Os conteúdos divulgados pelos Meios de Comunicação Social são, na maioria dos casos, limitados aos aspectos fenomenológicos. Esta característica dos conteúdos favorece ao uso destes conteúdos nos confrontos ideológicos, tanto dos produtores dos conteúdos, quanto das empresas de comunicação social, principalmente nos países, como é o caso do Brasil, que não possuem uma séria regulamentação sobre as atividades de imprensa. São raras as posturas analíticas de conteúdo. Eles somente conseguem superar as condições fenomenológicas de elaboração desses conteúdos quando assumem um *blog* pessoal ou produzem um livro de responsabilidade autoral.

A conclusão a que este trabalho conseguiu produzir é a de que as "jornadas de junho de 2013" ocorridas na cidade de São Paulo e com repercussões em várias outras cidades do Brasil não possuíam uma compreensão de todas as medidas políticas necessárias para a implantação da tarifa R\$ 0,00 (Zero de Reais). O movimento em defesa do transporte urbano

gratuito não possuía todos os instrumentos necessários para que as suas reivindicações fossem efetivadas pelos governos municipais. Este limite organizacional do movimento o deixou sujeito às influências das repercussões no Meios de Comunicação Social como uma maneira de fazer pressões nos órgãos administrativos para que estes tomassem as iniciativas para efetivar a proposta da gratuidade de tarifas de uso do transporte urbano. O que aconteceu na cidade de São Paulo, se repetiu em outras cidades do Brasil onde as movimentações com o mesmo objetivo foram expostas e as reivindicações foram apresentadas aos ocupantes do poder de Estado, e também ao público em geral.

Sem a elaboração e nem utilização de qualquer teoria sobre a temática do transporte urbano, os movimentos que reivindicavam a gratuidade do uso deste transporte ficaram no pragmatismo, e não tiveram condições de fazer qualquer apreciação crítica do processo que iniciaram, nem sobre as versões que eram divulgadas pelos Meios de Comunicação Social. Nestes meios de comunicação, o tema era apenas um pretexto para a divulgação de posturas das empresas midiáticas diante de quem exercia o poder de Estado no momento em que as movimentações aconteciam. O vazio teórico levou a uma falta de efetividade da proposta motivadora da movimentação de rua.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucio Flávio de. "O Estado em questão: reordenamento do poder". In. GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais.** São Paulo: EDUC, 1997, p. 111-123.

AMORIM, Paulo Henrique. O quarto poder. Uma outra história. São Paulo: HEDRA, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Notas sobre os Aparelhos ideológicos de Estado. 2ª edição. Rio de Janeiro: edições graal, 1985.

ALVES, Milton. A política além da notícia. Curitiba: Kotter Editorial, 2019.

BARBOSA, Cloves. "O teatro como uma oportunidade de efetivar uma representação questionadora da realidade". In. **Revista LATERNA**, v. 3, n° 3, 2009, p. 42-51.

_____. **Situações de opressão e emancipação**: tendências amazônicas e mundiais. Recife: Editora Universitária, 2013.

_____. **O poder local e as políticas de participação popular**. O orçamento participativo de Olinda. Belém: Paka-Tatu, 2017.

BONDUKI, Nabil. "É possível implantar a tarifa zero em São Paulo?: Discussão que acendeu protestos de 2013 não pode ficar parada na maior cidade do país". In. (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2020/03/e-possivel-implantar-a-tarifa-zero-em-sao-paulo.shtml. Acesso em 20 de setembro de 2020)

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988. Gráfica do Senado. 1988.

BRUNHOFF, Suzanne. Estado e Capital. Uma análise da Política Econômica. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1985.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. "O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira"— **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, n°1, 2003, pp. 153 a 193.

DUARTE, Letícia. **Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. Rio de Janeiro: MÓRULA, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe operária na Inglaterra.** Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: BOITEMPO, 2010.

FAENELLO, Daniele. "Não é só por 20 centavos": movimento passe livre e as jornadas de junho de 2013 nas páginas da veja e folha de s. Paulo. — Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2018.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. "Globalização e crise estrutural". In. IDEM (Org.). **Globalização, metropolização e políticas neoliberais.** São Paulo: EDUC, 1997, p. 51-110.

HARVEY, David.; IASI, Mauro. *et al.* Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. 2015.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

JEVONS, William Stanley. A teoria da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

KARNAL, Leandro. *et al.* **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. Crítica e crise. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

LOCKE, John. "Segundo tratado sobre o governo civil. Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil". In. IDEM. Locke. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 30-131.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio.** Notas de uma repórter sobre Fake News e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SERRA, Cristina. "Generais e seus labirintos: Villas-Bôas não destoa da atuação histórica das Forças Armadas no Brasil". In. (https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cristina-serra/2020/10/generais-e-seus-labirintos.shtml. Acesso em 16 de outubro de 2020).

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: "Classes e ideologias cruzadas". In. **Dossiê:** mobilizações, protestos e revoluções. Revista Novos Estudos 97, Novembro de 2013.

SOUZA, Jessé. **A Classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro. Estação Brasil, 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel/FADESP, 2001.

VON MISES, Friedrich. Liberalismo . Rio de Janeiro. J. O. Editora, 1987a.
Liberalismo segundo a tradição clássica . Rio de Janeiro. J. O. Editora, 1987b.
A mentalidade anticapitalista. Rio de Janeiro. J. O. Editora, 1988.

ANEXOS



FONTE: Arquivo da Fundação Casa da Cultura de Marabá.



FONTE: Arquivo da Fundação Casa da Cultura de Marabá



FONTE: Arquivo da Fundação Casa da Cultura de Marabá.



FONTE: Arquivo da Fundação Casa da Cultura de Marabá.



Protesto contra aumento de ônibus Grupo reúne ala radical de partidos e estudantes tem confronto e vandalismo em SP

Manifestação liderada por estudantes reuniu ao menos 2.000 pessoas e fechou a avenida Paulista

A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter depredação; houve 15 detidos e 3 feridos





FONTE: Acervo Digital Folha de São Paulo

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 93 * QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013 * Nº 30.751

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 1H07 ★ R\$ 3,00



EUA e Japão fazem Bolsa de SP cair ao menor nível desde 2011

Dúvidas sobre medidas de estimulo nos EUA en o Japio dermbaram Bolsas peio mundo ontem. No Brasil, o llovespa caiu 3%, ao menor nivel desde agosto de 2011. O indice Dow Jones teve queda de 0,8%. O Banco Central voltou a intervir duas vezes no mercado, e o dolar fechou com desvaloritação de 0,2%. Mercado B1

te segurar gastos para cumprir supravit de 2,3% do PIB neste ano. B4

Gurgel dispensa subprocuradora por 'falta de sintonia

O procurador-geral da Re-pública, Roberto Gurgel, afastou a subprocuradora Deborah Duprat. Ela diver-giu do superior no julgamen-to do projeto que inibe a cria-ção de partidos, Gurgel dis-ce que a situraja entre eles se que a sintonia en era "insuficiente". Po

Polícia da Turquia reprime ativistas em praça de Istambul

A policia da Turquia usou bombas de gás lacrimogê-neo e jatos de água para ex-pulsar manifestantes da praça Taksim, em Istambul. Horas mais tarde, milha-res de militantes voltaram a se reunir no local, e houve novo confronto. Mundo 410

Ao monitorar os cidadãos, governo americano age como a China

Jacob Gorender. historiador marxista, morre em SP aos 90 anos

Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista

No 3º e mais violento protesto, ativistas enfrentam PM e atacam ônibus e estações do metrô; 20 são detidos





COMIDA

Chefs organizam panelaço contra arrastões em

Leia "Gradual e insegu-ro", sobre desempenho de governo na gestão da eco-nomia, e "Melhoras mar-ginais", acerca de faixas exclusivas de ônibus.

Violência fere

38751

RODÍZIO Cotidia Não devem circular carros 500 6

No mais violento protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, manifestantes voltaram a entrar en conflito com a policia na região central de São Paulo. Como saldo, 20 pessoas foram detidas. Dois ônibus foram parcialmente queimados, e outros, apedrejados. Estações de metró foram depredadas, muros, pichados, e vitrines, quebradas. Lojas e bancos fecharam as portas. Foi o terceiro ato em menos de uma semana —o sativistas são contra a alla da passagem, de RS 3 at RS 3, C. Segundo a PM, mais de 5,000 pessoas foram ao protesto. A

Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara

GIBA BERGAMIM JR.

DE SÁO PAULO

Um policial e um manifestante cairam no chão atracados. Cerca de dez pessoas começaram a agredir o PM com pedras, socos e chutes. Mesmo atingido, ele se levanto. De pé, sangrando, o policial apontou a arma para o grupo. Não disparou. Cotidiano CA

FOLHA NA COPA

Estreia série Os Caras das Copas,

FALE COM A FOLHA

serviço ao assinante, as editorias e a ombudsman fale, folha.com.br

Segundo policiais, militantes jogaram pedras, paus ecoquetéis molotov contra a PM, que atritou balas de borracha, bombas de efeito moral e gás de pimenta.

A manifestação ocorreu sem a presença na cidade do prefeito Haddad (PT) e do governador Aleximi (PSDB), que estão em Paris. O Movimento Passe Livre promete um novo protesto amanhã.
Ontem, policiais civis e servidores da saúde protestaram contra o governo Alckaram contra o gover

'Não temos controle; virou revolta', diz organizadora do ato

"Não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular", disse Nina Cappello, 23, estudante de direito e uma das organizadoras do Movimento Passe Livre. Cappello culpou a "expressão violenta da policia" pelo resultado. Segundo ela, a manifestação estava pacifica até que houve grande repressão no centro. cotídianos C

Congonhas cai e atinge passageira

Um bloco de gesso se des-prendeu do teto do aeropor-to de Congonhas e atingiu uma passageira. O acidente ocorreu perto do saguido central. Após ser atendida num hospital, a vitima foil-iberada para embarcar. O buraco no teto já foi fechado. A Infraero informou que irá analisar as causas da queda do gesso. Cotidiano C10

C4 cotidiano * * * QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013

FOLHA DE S.PAULO

DEPOIMENTO

Sozinho, PM quase foi linchado na região da Sé

Tive certeza de que ele, ao sacar arma, iria atirar após ser agredido com pedras

GIBA BERGAMIM JR.

Um policial militar com rosto banhado de sangue, cercado e agredido com so-cos, chutes e pedras por cer-ca de dez manifestantes.

cos, ruines e peutas por cerca de dez manifestantes.

A cena na rua 11 de Agosto, a poucos passos da praça
da Sé, marco zero da cidade
de São Paulo, foi impressionante não só para mim, mas
até para integrantes do Movimento Passe Livre, que organiza os atos contra a tarifa.

"O PM iria ser linchado",
admitti o estudante de Ciências Sociais Matheus Preis,
19, que, com outro grupo, ten-

19, que, com outro grupo, ten-tava, para a proteção do PM, conter os mais radicais.

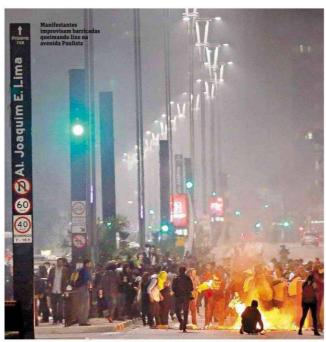
tava, para a protection conter os mais radicals. A agressão que testemunhei por volta das 20h30 ocorreu ao lado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Após se levantar, sangrardo, o PM tirou a arma do coldre e a apontou para os manifestantes. Depois, para oal-to. Tive certeza de que ele iria atirar. Mas o policial militar não disparou nenhum tiro.

PICHAÇÃO

Coma mão na arma que estava no coldre, o policial correu e a garrou o rapaz, que tentou se desvencilhar.

Ambos catram no chão, Ambos catram no chão, Ambos catram no chão, a composição de composição

ao, o PM saiu dair e caminnous sé em direção a um acesso ao tribunal. Um colega se apro-ximou. Colocado num carro da corporação, foi levado ao hospital. Até a ontem, a sala de imprensa da PM não tinha informações sobre ele.





TARIFÁRIAS

Faturamento
Nas principais ruas do calçadão do centro financeiro de
São Paulo as pessoas buscaram abrigo onde podism durante os confrontos. "Ficou tod
of disse Hilo Valnet Cou
for disse Signatura de
Martisa no largo do Patriarca.
Quase em frente, havia uma
barricada em chamas feita
com lixo. Segundo o funcionário, a loja fechou mais cedo e deixou de faturar na véspera do dia dos Namorados.

Motorista
Um motorista de ônibus disse que foi ameaçado por um grupo. Em frente ao terminal Parque D. Pedro 2º, no momento em que estouraram as primeiras bombas da PM, o veículo foi cercado por manifestantes. "Estava com 15 vascasoeiros e o nessoal de canifestantes. "Estava com 15
passageiros e o pessoal de capuz ameaçou atear fogo. Pedi
para sairem e aí eles destruíram tudo. Foi muita violência com quem não tem nada
a ver", disse o motorista, que
se identificou como Almeida.

Presente
O vidro e o retrovisor do carro (um Renault Scénic) de José Aroldo, 56, foi quebrado
em frente ao terminal Parque
D. Pedro 2º. "O protesto é justo, mas não precisavam esculachar. Pelo menos, eles não
levaram o presente da minha
namorada, que estava den-





SÃO PAULO EM CONFLITO Série de confrontos entre PMs e manifestantes marca o terceiro protesto do Movimento Passe Livre BELA VISTA AV. PAULIST

CRONOLOGIA custar R\$ 5, com alta de 7,5% em relação ao preço antigo, de R\$ 4,65 > 0 aumento das passagens fica abaixo da inflação de 15,5% do IPCA, acumulado desde janeiro de 2011 metropolitanos sobem de R\$ 3 para R\$ 3,20, um reajuste de 6,7% > A integração do ônibus com metrô ou trens passa a



Protesto mais violento contra tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP

★ MANIFESTANTES QUEIMAM ÔNIBUS E DEPREDAM BANCOS E METRÔ NO CENTRO ★ 20 SÃO DETIDOS

Trupo culpa violência da polícia e admite que perdeu controle; PM diz ter sido alvo de coquetéis moltov

BE 530 PMIJO

BE 530 PMIJO

BE 540 P



FOLHA DE S.PAULO



NEW THINKING.

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos

★ NO 4º ATO CONTRA TARIFA, PM CERCA MANIFESTANTES E USA BALAS DE BORRACHA E BOMBAS DE GÁS ★ DEZENAS DE PESSOAS FICAM FERIDAS E 192 SÃO DETIDAS ★ HADDAD CRITICA CORPORAÇÃO



A Polícia Militar reagiu com forte voliencia à quarta manifestação contra o autento das tarifas de transporte, o que levou caos e tensão ao centro de São Paulo. O estopim ocorreu quando a PM fez bloqueios na reagião da rua da Consolação para tentar conter os manifestantes, estimados em cerca de 5.000, o e vitar que chegassem à av. Paulista. Políciais usaram bombas de gás e balas de boracha. Manifestantes responderam com pedras. A violência apavorou pedestres e motoristas, que chegaram a abandonar os carros nas ruas. Dezenas de pessoas ficaram feridas -multas delas não faziam parte do protesto. A PM não informou quantos políciais se feriram. Houve a omenos 192 de-tenções, em meio a incidentes solados de deprestação.

Petrobras está impedida de fazer comércio internacional

Devido a uma divida de RS 73 bilhões, a Petrobras está impedida de importar, exportar e de participar de rodadas de leilão do pré-sal, segundo a própria estatal. O motivo éo cancelamen-to da certidão de débitos da empresa por uma decisão da Justiça em processo que dis-cute a divida com a Receita. A Petrobras tentou, em vão, reverter a medida. Mercade 81

saúde pág. 7 Suprema Corte dos EUA proíbe a patente de genes humanos FALE COM A FOLHA

EUA afirmam que Síria usou armas químicas contra rebeldes

Os EUA disseram ter informações de que tropas do presidente sírio, Bashar al-Assad, lançaram mão de armas químicas contra os rebeldes.
O governo diz que as forças sirias usaram gãs sarin em pequena escala diversas vezes eq ue de 100 a 150 pessoas morreram nos ataques. A gestão Obama está dividi A gestão Obama está dividi-da quanto a uma interven-ção militar no país. Mundo A12

Não devem circular carros 9 ou 0



ATMOSFERA Cotidiano 2 pág. 2
Temperaturas amenas na Grande SP

EDITORIAIS on Leia "A nova face do Irã", a respeito de eleições na-quele país, e "Aviso aos navegantes", acerca de declaração de Dilma con-

Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque

Quem acompanhou a ma-nifestação pode assegurar: os distúrbios começaram por um grupo de uns 20 ho-mens da Tropa de Choque, que, a olho nu, chegaram com esse propósito.

Iornalistas da Folha levam tiros da PM; Democracia precisa sete são atingidos

Sete jornalistas da Folha foram atingidos pela PM, incluindo Giuliana Vallone e Fabio Braga, feridos no rosto por balas de borracha. "Um PM atirou covardemente nela", disse testemunha. A Secretaria da Segurança lamentou os casos. Cottdano 1 C2

aprender a conviver Sete jornalistas da Folha com manifestações

Mesmo rejeitando o vanda-lismo, deve-se reconhecer que protestos por vezes tonificam a democracia. É preciso ga-rantir que movimentos reivin-dicatórios ocorram sem jul-





MORTES Médico urologista e pai coruja

FOLHA DE S.PAULO



FONTE: Acervo Digital Folha de São Paulo

FOLHA DE S.PAULO



Governo de SP pede e terá reunião com manifestantes hoje

Tropa de Choque não será acionada caso protesto às 17h seja pacífico, diz secretário da Segurança Fernando Grella

Na véspera de mais um protesto contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo, o secretário da Segurança Páblica, Fernando Grella Vieira, convidou os líderes do Movimento Passe Livre para uma reunião hoje, às 10th. Segundo o governo, o objetivo é definir o trajeto da manifestação, que começa Na véspera de mais um

O Movimento Passe Livre declarou que vai comersar como governo, mas que não aceitará interferências quanto à definição do percurso. Gella altimou que a Trop ad ec floque pado deverá ser que noda popuya for pade como de producio de la como de como O Movimento Passe Livre

cada por tapumes metálico

Alem de Sao Paulo, hoje devem acontecer manifesta-ções em outros 12 munici-pios de oito Estados do país. Ontem, atos no exterior reu-niram brasileiros em cida-des como Dublin (Irlanda), Berlim (Alemanha), Mon-tréal (Canadá), Nova York e Boston (EUA), Cetidamo CI

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À OH ★ R\$ 3,00

São Paulo deve se preparar hoie para um evento de grandes proporções

Paulistano trabalha 14 minutos para pagar tarifa, 4 vezes mais que em Pequim partidos políticos

ANÁLISE SAMY DANA

__Cotidiano C3

RICARDO BALTHAZAR Preocupação dos manifestantes é manter distância de

Dilma cortou discurso após receber vaias de torcedores

Por causa das vaias que ouviu do público em Brasi-lia, anteontem, na abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff da Copa das Confederações, a presidente Dilma Rousseff reduziu a sua fala a apenas uma frase. Ela tinha um discurso curto preparado, mas o abandonou e anunciou apenas o inicio do tomeio. Antes disso, já prevendo protestos, o cerimonial da Presidência deciditu que o discurso não seria mais feitodo campo, mas da tribuna de honta. Folha na Copa D7

FOLHA TRANSPARÊNCIA

Papéis revelam os gastos da presidente em suas viagens

Documentos do Itamaraty mostram que a lista de
exigências para as viagens
de Dilma Roussest ao extecomo de la como de la como de
tos em hotóis, 17 carros, caminhão-ba úp ara bagagem, telefone e internet para a comitiva e material de escritório, relata Fernanda Odilla.
As despesas com viagens
presidenciais passarão a ser
sigliosas até o final do mandato de Dilma. Mundo A10

cotidiano cs RODÍZIO Cotidiano C2 Não devem circular carros 1_{ou}2 310.262 exemplares

30756



em entrada de estação do metrô em SP

Ministro fez uso eleitoral de atos em SP, diz líder tucano

O líder do PSDB no Sena O lider do PSDB no Sena-do, Aloysio Nunes Ferreira (SP), criticou o ministro pe-tista José Eduardo Cardozo (Justiça) por ter ido à TV ofe-recer ajuda para conter as manifestações contra o au-mento das tarifas sem antes

mento das tarifas sem antes procurar o governo de SP. Para o senador, Cardozo, cotado para concorrer ao go-verno paulista na eleição de 2014, explora os protestos com "sofreguidão eleitoral". Aloysio disse que houve excessos da PM. Poder AS

FOLHAINVEST Títulos do Tesouro Direto voltam a

TEC Falta de lei para internet expõe usuário brasileiro à vigilância dos EUA F1 dois dígitos 81

Pais de crianças com autismo seguem

diferentes métodos

Atividades em grupo, co-mo teatro, capoeira e judo, têm sido cada vez mais pro-curadas por pais de crianças com autismo e incorporadas aos tratamentos clássicos. O objetivo desas iniciativas é estimular as relações sociais Tatiana Belinky O humor e a musicalida-de, fortes tradições no gêne-ro infantil, ecoam na obra de Tatiana Belinky, figura impar na literatura brasilei-ra que morreu anteontem, aos 94. Seu trabalho cumpre a função maior do livro: a fantasia, o reforço da iden-tidade e a solidariedade com o diferente. Cotidiano C6

estritular as relações sociais entre as crianças. Entre os tratamentos uti-lizados, estão as terapias comportamentais e a psica-nálise. Saúde C7

serviço ao assinante, as editorias e a ombudsman fale, folha, com.br

ATMOSFERA Cotidiano C2

ENTREVISTA DA 2ª Desigualdade no país se deve aos atrasos

em educação

O economista Alexandre Rands, da Universidade Fe-deral de Pernambuco, diz que atrasos educacionais ex-plicam 100% das desigual-dades de renda no Brasil.

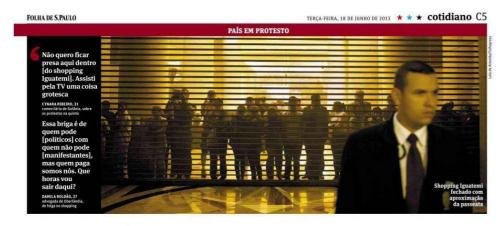
dades de renda no Brasil. Se correto, o diagnóstico do pesquisador significa que o país tem investido em po-liticas erradas há décadas. "Os gastos com educação nas regiões mais pobres são muito inferiores aos do Su-deste. Ainda estamos repro-duzindo as desigualdades regionais." Entrevista da 2* A12

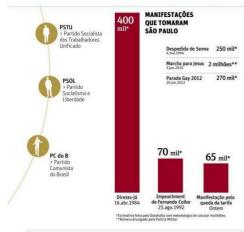


FONTE: Acervo Digital Folha de São Paulo



FONTE: Acervo Digital Folha de São Paulo







Lojas fecham mais cedo e comerciantes criticam passeata

Com antecipação de expediente, fila para pegar metrô no largo da Batata, onde ato teve início, chegou a 100 metros

'Não adianta ficar aberto porque não vai ter clientela, vou perder quatro horas de venda', diz dono de banca

Lima fechando as portas. "Estou indignada por ter de fechar maís cedo. Quem vai pagar as minhas contas amanhá?", disse Regiane Vileira
Alves. "Se uma pedra atinge
Alves. "Se uma região, manifestação é "coisa de jovem".
Elei apara a casa logando conversou com a reportagem. "So
quero cheagar em casa logapor causa da aglomeração, o
motorista Claudio Souza,
39, ficou parado na esquina
da Faria Lima com a Benedito Chaves. "Palhaçada. Estou
há 40 minutos tentando cruzar e não consigo. Uma vez,
tudo bem, mas toda semana,
so pode ser plafa", "eclamou.

IGUATEMI

IGUATEMI

Alckmin recua e proíbe uso de balas de borracha

O governador de São Pau-lo, Geraldo Alckmin, recuou ontem, proibindo o uso de balas de borracha em mani-festações públicas, inclusi-ve protestos, e liberando a avenida Paulista e a margi-nal Pinheiros para o ato. "Não será utilizada bala de borracha. Aliás, nós proi-

bimos utilização de bala de borracha em manifestações públicas", afirmou ontem. O governador elogiou o trabalho da polícia e os ma-





sãopaulo ★ ★ ★ 29